

ANC

O Congresso poderia ter evitado esse caso?

17. 11. 87. 1. p. 8

As medidas de retaliação aos produtos brasileiros anunciadas ontem pelo presidente Ronald Reagan, em represália ao projeto de software que deverá ser votado segunda-feira pelo Senado, repercutiram de modo negativo no Congresso Constituinte. Os deputados Luís Salomão (PDT-RJ) e Cristina Tavares (PMDB-PE) interromperam a votação da Comissão de Sistematização, às 17 horas, para protestar.

Coube ao deputado Luís Salomão comunicar ao plenário as medidas, pouco depois de sua divulgação, e lamentar que na noite de quinta-feira o Senado não tenha votado o projeto sobre a política de informática por falta de quórum. A deputada Cristina Tavares, ao lembrar que as sanções são da ordem de US\$ 105 milhões, disse que isso deve servir de exemplo e comprovar que os Estados Unidos se sentem ameaçados com a política brasileira de reserva de mercado.

O presidente da Comissão de Sistematização na ocasião, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), explicou que o Senado não deixou de aprovar a lei do software por falta de quórum, mas por um acordo — devido ao grande número de emendas — feito pelas lideranças partidárias, que adiaram a votação para segunda-feira.

Muitos parlamentares consideraram que o anúncio de medidas retaliatórias pode prejudicar o difícil processo de negociação da dívida externa. Para Fernando Henrique Cardoso, o anúncio significa um "mau presságio", pois o Brasil está atravessando um período decisivo para o fechamento de um acordo global para a dívida externa. O senador paulista acredita que a represália dos Estados Unidos irá "provocar uma excitação na Assembléia Nacional Constituinte".

Para o líder do PMDB, senador Mário Covas, a decisão "é um absurdo". Segundo o senador paulista, problemas setoriais, limitados a uma faixa específica da área comercial e tecnológica, não justificam retaliação generalizada, a qual o governo deve repudiar em nome da soberania nacional. Covas entende que, se existe um problema nas relações comerciais entre os dois países, ele deveria ser tratado isoladamente, e não no contexto geral das trocas comerciais. Além disso, a política brasileira de informática está correta, é uma questão de soberania e visa preservar uma área estratégica sobre a qual as posições dos Estados Unidos deveriam ser naturalmente divergentes, mas sem prejudicar as relações comerciais e políticas com o Brasil.

Na opinião do senador Virgílio Távora (PDS-CE), o governo brasileiro deveria, "com firmeza", proceder à contrapartida, mas demonstrou uma preocupação: a de que a extensão da retaliação "dê forças à onda xenófoba que assola o País". No seu entender, "se isso ocorrer, será uma pena".